

O agroartesanato em foco: contribuição para o estudo do tempo lento

The workmanship in focus: the contribution for the slow time study

Márcio Freitas EDUARDO

Doutorando em Geografia
Univ Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente
marciofreitaseduardo@yahoo.com.br

Resumo: A satisfação das necessidades de subsistência familiar foi historicamente elemento estimulador do desenvolvimento do agroartesanato, complementar à economia agropecuária. Mais notoriamente da década de 1990 até o período atual o agroartesanato vem expandindo-se regionalmente sob uma faceta mercantil mais intensa. Muitos produtos artesanais passaram a ganhar importância de mercado como o açúcar mascavo, os salames, as compotas etc. Com o agroartesanato há a possibilidade de resgate de uma determinada autonomia na gestão do território familiar. Estruturando-se como atividade não-capitalista, o agroartesanato apresenta-se como trunfo territorial da produção familiar e camponesa. As estreitezas político-econômicas propiciadas pela lógica do agronegócio fizeram emergir formas tradicionais de expressão territorial como resistência e defesa do território da produção familiar: uma dessas estratégias foi a revitalização do agroartesanato. Alocar esforços para a compreensão de seu real conteúdo é essencial no afã de propor medidas políticas e econômicas condizentes com sua dinâmica territorial. Neste artigo identificamos seus elementos constituintes, separando-os, didaticamente, em termos de interioridades e exterioridades territoriais.

Palavras-Chave: Agroartesanato; Disputa Territorial; Agronegócio; Internalidades e Externalidades do Território.

Abstract: The satisfaction of the familiar subsistence needs was historically a stimulator element in workmanship development complemented by the agro cattle-raising economy. More well-known from the 90 to the present period the workmanship has been expanding itself regionally under a more intense commercial side many workmanship products turned into to gain market importance like the brown sugar, the salamis, the stewed fruits etc. With the agri-workmanship there is the possibility to rescue a determined autonomy in the familiar territory management. Structuring itself as a non capitalist activity, the workmanship presents itself as a territorial trump in the familiar and rural production. The economic-politic narrowness propitiated by workmanship logic made to appear tradition always of territorial expression as resistance and defense of familiar production territory: one of these strategies was the revitalization of the workmanship. To join efforts to the understanding of its real content is essential in the eagerness to propose fitting economic and politics measures with its territorial dynamic. In this article we identified their constituting elements, separating them, didactically, in terms of territorial interiorities and exteriorities.

Keywords: Workmanship; Territorial Dispute; Agribusiness; Territorial Internalities and Externalities.

Em 2001, quando iniciamos pesquisas sobre o agroartesanato, tendo como recorte o Município de Francisco Beltrão/PR, não tínhamos a dimensão exata de quão complexo seria analisar a sistemática territorial – e as conectividades – à qual se circunscreve essa atividade tradicional. Aos poucos, fomos despindo a realidade (i)material dos fenômenos, identificando suas formas organizacionais, e tomando ciência da heterogeneidade e complexidade do trabalho sobre o qual nos debruçaríamos.

Em aproximação analítica *imediate*, o agroartesanato incrusta no espaço rural discretas produções que, em âmbito familiar, e, sob a égide de técnicas artesanais de produção, processam *in loco* (unidade de produção familiar) matérias-primas agropecuárias transformando-as em produtos alimentícios diversos (queijos, copas, vinhos, doces, massas etc.).

Esta atividade afirma-se sob um duplo conteúdo: 1. Originário – tradicionalmente visam atender a demanda de subsistência familiar e 2. Genérico – como elemento de resistência territorial familiar adquire graus variados de mercantilização.

Em análise *mediata* a territorialidade agroartesanal pressupõe uma multiplicidade de fenômenos congregados, históricos e sociais, os quais detalharemos nos parágrafos que seguem.

Para melhor compreendermos a sistemática territorial agroartesanal faz-se necessário a compreensão das internalidades e externalidades do território. Por internalidades nos referimos ao conjunto de elementos inerentes a um dado território que influencia na promoção de determinada conjuntura territorial. Doravante, compreendemos por externalidades os elementos extra-territoriais geradores de conflitualidades e disputas territoriais (territórios sobrepostos, medidas políticas e/ou determinações econômicas, por exemplo).

Cabe-nos ressaltar que a dualidade internalidades e externalidades territoriais é apenas aparente. Em distintos e complexos ritmos, ambas as dimensões (internalidades e externalidades) conjugam-se, exprimindo as relações inacabadas do produto territorial, erigidas desigual, contraditório e combinadamente. Utilizamos essas designações como artifício didático para melhor exposição do conteúdo.

Podemos enunciar como internalidades territoriais constitutivas do agroartesanato: 1) o saber fazer produtivo agroartesanal; 2) os códigos de identidade; 3) as relações familiares de produção e 4) o território, propriedade familiar de produção.

As externalidades, por seu turno, consistem: 1) na ação das extra-territorialidades (território do agronegócio); 2) na atuação das territorialidades imateriais (mediações políticas, paradigmas de desenvolvimento etc.); 3) no intercâmbio produtivo rural-rural e 4) na relação mercantil rural-urbana.

O *buzz word* das ciências humanas remete-nos a pensar o movimento globalizante do capital como essencialmente homogeneizador de relações: desterritorializante, desrregionalizante... onde o que prolifera são os não-lugares e os não-territórios. Sob essa perspectiva anômala do desenvolvimento uniformizante, conceitos tradicionais como o de região e o de lugar foram, progressivamente, perdendo expressão no âmbito de investigação das ciências humanas, especialmente, da Geografia. Conceitos, como o de *rede, fluxo e desterritorialização*, ao contrário, ganharam prestígio por assimilar em teoria a real lógica do sistema mundo moderno.

A territorialidade agroartesanal evidencia justamente o oposto; estrutura-se na prevalência e no resgate das permanências (oriundas da dinâmica do tempo lento), dos códigos de identidade (dimensão simbólica de apropriação territorial do espaço) e das territorialidades locais de reprodução da vida. A revitalização do agroartesanato beltronense (sob a adoção de fundamentos mercantis) expressa o resultado de um impacto territorial, representa a ratificação do território familiar como trunfo face ao desenvolvimento local de forças desterritorializantes do capital.

Constantemente o local é impactado pelas determinações das forças hegemônicas. O território é a síntese sempre refeita da assimilação/negação dessas forças. O agroartesanato é um patrimônio cultural camponês antigo que visa, originariamente, atender a seguridade alimentar familiar (lógica de subsistência). Contudo, nas duas últimas décadas, observamos, em Francisco Beltrão/PR (e em escala de mesorregião – Sudoeste paranaense), certa

expansão territorial dessas formas arcaicas de produção, agora sob motivações mercantis mais evidentes.

Por que o resgate do estudo do tradicional? O que há de novo para estudar na produção agroartesanal familiar? O novo está na abordagem e na temática, muito pouco estudada na geografia brasileira. Trata-se da análise de uma produção de tempo lento, a partir de pressupostos da abordagem territorial, que concilia aspectos econômicos, políticos e culturais. Também é um estudo de aspectos do patrimônio cultural camponês reterritorializado, reproduzido e, em parte, ressignificado em resposta a conteúdos específicos de conflitualidade do *novo agrário*, quer dizer, do agronegócio, entendido como paradigma agrário contemporâneo que enaltece singular forma de exploração da terra fundamentada, sobretudo, na produção de *commodities* (produção em grande escala e monocultura), na alta composição orgânica do capital, na inserção e orientação da produção no circuito financeiro e mercantil em geral, na freqüente artificialização dos processos produtivos agropecuários (OGMs, agrotóxicos, fertilizantes etc.) e na integração aos complexos agroindustriais.

O território dos produtores e das atividades agroartesanais de produção de alimentos, ou da agroindústria familiar, ganhou ênfase em Francisco Beltrão/PR, a partir da década de 1990, apesar de ser uma prática tradicional. A criação do Selo de Inspeção Municipal (SIM), adotado em 1996, em Francisco Beltrão, possibilitou que essa atividade se disseminasse localmente. A possibilidade de regularizar a produção agropecuária, transformada *in loco* (na propriedade rural), e vendê-la diretamente no comércio local foi fonte de estímulo ao crescimento da atividade, ora como complemento, ora como principal fonte de renda das famílias produtoras.

Nesse sentido, objetivamos dividir nossas experiências acerca do estudo do tempo lento, haja vista que entre 2001 e 2008, em âmbito de pesquisas específicas¹ e de grupo de estudo² estivemos compenetrados a entender o exercício dessa territorialidade particular.

Segundo o relatório da Secretaria Municipal da Agricultura de Francisco Beltrão/PR, existiam, em fevereiro de 2007³, trinta e sete

agroindústrias artesanais que processavam produtos de origem animal no município em questão, distribuídas da seguinte maneira (ver tabela 01):

Em Eduardo (2008), analisamos a dinâmica territorial de 31 famílias produtoras agroartesanais, através da realização de entrevistas e aplicação de questionários quanti-qualitativos, englobando produções regularizadas e não-regularizadas por órgãos de inspeção.

Tabela 1: Unidades agroindustriais artesanais de Francisco Beltrão/PR cadastradas pelo Sistema de Inspeção Municipal/produtos de origem animal (SIM/POA)

Pasteurização de leite.....	12
Agroindústria de queijo.....	07
Abatedouro e transformação (suínos e bovinos).....	07
Granja de ovos.....	04
Abatedouro de frangos.....	02
Pescados.....	03
Beneficiamento de mel.....	02
Total de unidades.....	37

Fonte: Prefeitura Municipal - Secretaria da Agricultura de Francisco Beltrão/PR, 2007.

É difícil precisar ao certo a quantidade de agroindústrias artesanais existentes localmente, devido a seu caráter artesanal, doméstico. Constatamos uma disseminação da atividade agroartesanal nas condições mais variadas, desde produções ditas clandestinas (ex.: agroartesanato da cana empreendido pela família Matiolo realizada num tacho *a céu aberto*) até unidades com tecnologias mais aprimoradas, regulamentadas ambiental e sanitariamente.

Conforme levantamentos da Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2003), no Estado do Paraná, existiam, aproximadamente, 1.272 agroindústrias artesanais atuantes na produção de diversos produtos nos diferentes ramos produtivos, dentre eles destacavam-se os de derivados de leite, de carne suína, de pescados, de cana-de-açúcar, de vegetais e de panificação.

Com relação ao número de agroindústrias artesanais existentes no Sudoeste do Paraná⁴, a única fonte de dados existente a que podemos recorrer é a do “Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná”, elaborado pela EMATER em 1999. Nesse relatório, consta um total de 305 unidades no Sudoeste paranaense (42 municípios). Dessas agroindústrias, 46,6% possuíam registro de inspeção (86 unidades pelo SIM, 26 pelo SIP, 06

pelo SIF e 09 estabelecimentos com outros tipos de registros). Em contraposição, mais da metade das agroindústrias de que se tinha conhecimento no período (53,4% ou 178 unidades) operavam clandestinamente. Como os dados nos revelam, o agroartesanato é algo presente e territorialmente complexo, conforme evidenciaremos.

Internalidades do território

O saber fazer produtivo agroartesanal: a construção do território é passível de apreensão apenas se alocados esforços na identificação dos fatores de sua produção, quer dizer, na historicidade dos condicionantes sociais que consubstanciam uma dada formação territorial, multidimensional.

Com relação à história da colonização do Sudoeste do Paraná, há um aspecto que se destaca: a origem locacional e a composição étnico-cultural da população reterritorializada, pois, na formação do território, a cultura exerceu centralidade importante, notoriamente no que tange à reprodução e difusão de um conhecimento *agroartesanal* – um saber fazer produtivo desterritorializado que tem sua origem histórica no campesinato alemão, italiano e polonês, sobretudo.

A reterritorialidade eurobrasileira (notadamente italiana e alemã) no Sul do Brasil, firmou-se como expressão cultural de um modo característico de sociabilidade. Em meio a constrangimentos naturais (matas e serras) desenvolveram uma cultura de adaptabilidade às condições severas de vida. O trabalho familiar, a policultura e a rusticidade foram traços territoriais fundamentais que engendraram aquele contexto de tempo lento. Jean Roche, estudando os diversos aspectos da colonização alemã no Rio Grande do Sul, mencionou que: “As colônias alemãs constituem uma série de ‘áreas’ que sobressaem do resto do Rio Grande pela precisão dos limites dentro dos quais os homens adotaram ou conservaram um gênero de vida característico” (ROCHE, 1969, p. 176). O conhecimento agroartesanal foi evocado sob essas circunstâncias de isolamento e rusticidade. O mesmo autor, na clássica obra “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul”, num trecho em que realiza uma releitura da organização territorial da antiga colônia alemã de São Leopoldo,

em meados do século XX, destaca elementos importantes de permanência de práticas tradicionais do agroartesanato. Assim evidenciou Roche:

A relação que, desde 1840, existia entre a produção e a exportação⁵ revelou-se ainda, pois a agricultura praticada com vistas à exportação abrange os cereais e os produtos transformados inicialmente “in loco”, como a aguardente, o fumo, o toucinho, a manteiga. É preciso acrescentar as aves e os ovos, complementos da agricultura (ROCHE 1969, p. 270).

Na obra “Os tempos e os territórios da colonização italiana”, Saquet, referindo-se à colônia Silveira Martins/RS, de preponderância étnica italiana, menciona que:

Apesar da forma de apropriação dos lotes rurais, conseguiram reproduzir na colônia, além de características de suas produções agrícolas e artesanais, elementos de seu modo de vida cultural, através da alimentação (polenta, massas, vinho, salame, fortaglia, queijos...), das roupas, da religião (igrejas, santos, capitéis, cantos, festas etc.) e dos próprios dialetos, constituindo no território local, territórios [...] (SAQUET, 2003, p. 105).

O mesmo autor acrescenta que,

As atividades artesanais alimentícias e de vestuário, intimamente ligadas à economia e à unidade produtiva familiar também se mantiveram. A diversidade das produções artesanais continua sendo fruto das necessidades impostas pelas atividades cotidianas e da falta e precariedade das vias e meios de circulação e comunicação (p. 130).

Nas citações anteriores, podemos notar a presença do legado cultural (agro)artesanal derivado das territorialidades essencialmente italianas, alemãs e polonesas. Esses traços tradicionais constantes nos códigos simbólicos da reterritorialização dos imigrantes no Sul do Brasil foram, posteriormente, reproduzidos por seus descendentes como permanências de uma identidade, ou seja, de um passado “presente”. Imigrantes, agora feitos *gaúchos* e catarinenses, suas gerações perpetuadas constituem-se personificação e representação de seus próprios trunfos culturais levados adiante com a posterior dispersão de gaúchos e catarinenses pelo Brasil.

A reprodução, no Sudoeste paranaense, do saber fazer produtivo, artesanal e familiar denota um aspecto de reterritorialização associada ao

patrimônio simbólico dos *gaúchos* e catarinenses, descendentes, sobretudo, de imigrantes italianos, alemães e poloneses. Através do processo de *des-re-territorialização*, a afirmação da reprodução de atividades não tipicamente capitalistas e de identidades ligadas a pressupostos culturais artesanais e familiares foi importante na formação territorial do Sudoeste paranaense a partir da sua colonização efetiva (pós – 1940).

Ilário Lago, em depoimento a nós cedido em 2007, ratifica o pioneirismo de seus familiares no processo de colonização do Sudoeste paranaense: “Aqui eu nasci, me criei e aqui estou. O pai chegou aqui faz mais de cinquenta anos. Aqui era um lugar novo, aqui era tudo mato e, a princípio, o pai começou com uma serraria. Depois que derrubaram o mato, começou com lavoura”.

Celso Polla, produtor de mel, informando-nos sobre o início da atividade menciona que:

Isso não é por acaso, né, já vem de herança. Já faz trinta anos que lido com abelha. Meu nono lidava com abelha; meu pai lidava com abelha e eu continuo com abelha. Eu, no começo, foi por gostar mesmo; trabalhava, era empregado no banco do Estado do Rio Grande e, nas horas vagas, comecei com abelha, né. Mas antes disso, com o pai eu já trabalhava com abelha lá no Rio Grande. Daí, como abriu esse caminho para a agroindústria, cresceu a fiscalização prá poder vender o mel mais fácil, né. Se não fosse isso não adiantava colher, vender pra intermediário ganhar um precinho.

Desse modo, num território, as centralidades culturais do passado chocam-se com códigos culturais difundidos no presente em sentido de contradição e/ou complementaridade: o território é esse amálgama de mudanças e permanências.

A arte da transformação, da classificação e/ou beneficiamento de diversas matérias-primas – como leite, carnes, mel, ovos, farinha de trigo e milho, frutos, tubérculos etc. em produtos como queijos e iogurtes, salames e copas, doces (compotas), conservas, geléias, massas, bolachas, vinhos, graspa e vinagres, açúcar mascavo e melado, derivados do mel, carne de frango e peixes – constitui um elemento cultural regional importante, assentado na identidade da prática tradicional do saber fazer produtivo alimentar, reproduzindo a qualidade lenta dessas temporalidades territoriais.

Os códigos de identidade: os códigos simbólicos do território (símbolos, identidades, representações etc.) igualmente são elementos constitutivos da sociedade, logo, imaterialidade e condicionante do poder e da territorialidade. Os códigos de identidade intrínsecos aos patrimônios culturais são reproduzidos no território, no qual há diferentes ritmos e lógicas: consubstanciam-se poderes, disputas e formas de organização territoriais. Os distintos grupos de italianos, alemães e poloneses, reterritorializados no Brasil reproduziram, conforme mencionado, aspectos de suas territorialidades precedentes no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e, posteriormente, seus descendentes o fizeram no Sudoeste do Paraná.

Produto das contradições sociais, o movimento de desterritorialização implica ao sujeito social o afastamento físico de seu espaço de relações. A desterritorialidade, por sua vez, implica o desvencilhamento de certas relações simbólicas e identitárias (culturais e de pertencimento) que os sujeitos mantêm com determinado território. No entanto, esses códigos culturais podem permanecer ativos e aptos a serem reproduzidos, como acontece no Sudoeste paranaense, por exemplo, através da difusão dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas), festas de comunidades rurais, práticas religiosas, reprodução de valores morais, permanecimento de técnicas produtivas tradicionais, difusão de dialetos, vestimentas típicas etc.

Em Francisco Beltrão/PR, no que tange à difusão da prática artesanal da produção de alimentos, a reprodução do legado cultural, através do tradicional conhecimento produtivo agroartesanal, é traço evidente da afirmação de identidades construídas historicamente pelos produtores familiares.

O ato de produzir vai muito além do dispêndio de cérebro, músculos e tempo. O produzir significa também, ao produtor, sua própria produção. A produção de sua consciência e identidade. A busca por uma agricultura familiar sustentável territorialmente contempla também a constante necessidade de se resgatar historicamente as identidades e valores produtivos a fim de que seja possível a construção de um conhecimento local autônomo, arraigado territorialmente e que proteja os produtores familiares de serem cooptados por

lógicas produtivas estranhas, com interesses alheios aos anseios de vida desejáveis.

Representantes da ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), em consonância com produtores que integravam o projeto “Vida na Roça”, publicaram o livro “Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade – é hora do pé no chão” (2006). A família Korb, moradora da comunidade Jacutinga – interior de Francisco Beltrão – consoante nossas afirmações, destacou em entrevista que:

Só temos estas atitudes de autonomia quando compreendemos que o produto (queijo) não é só mercadoria pra juntar dinheiro. Ele tem nosso esforço, nossa dedicação, nosso planejamento e, através dele, temos sonhos e projetos a realizar. O que produzimos tem uma parte da gente, do trabalho e não vamos deixar que outros, que não sejam solidários, queiram interferir sobre a nossa vida. Ao trabalhar, ao produzir o queijo e outros produtos, nos produzimos a nós mesmos. Se as relações que estabelecemos ao comercializar os produtos de nosso trabalho são desumanas e injustas, então estamos nos desumanizando (p. 38).

A atribuição de significados a recortes espaciais pode produzir identidades territoriais específicas, o que acresce, na questão política do território, segundo aponta Saquet (2003), um caráter cultural mais subjetivo e simbólico. É enfatizada, nessa ótica, sobretudo, na Geografia, a territorialidade dos indivíduos, discutida também sob o prisma do conceito de lugar. A identidade é fator ativo na disputa territorial.

O território, em nossa compreensão, precisa ser abordado em sua multidimensionalidade. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente ao embate de classes. Os territórios são, portanto, construídos socialmente pelo exercício do poder das classes que compõem a sociedade. “É o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”, como ressalta Raffestin (1993). Ao se apropriar de um espaço, o ator o territorializa.

Podemos, então, sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Os homens vivem, concomitantemente, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias, produzindo identidades. Através das relações de poder, instauram atos de dominação e subordinação, de forma tácita ou explícita, nas interações que os sujeitos sociais mantêm em suas relações cotidianas. Nessa perspectiva, a territorialidade, ou seja, o viver e o acontecer cotidiano no território representa os mandos inerentes ao próprio território e sua dinâmica relacional.

Na atividade agroartesanal, particularidades como a do elemento cultural (identidade) espelhado na territorialização do saber fazer produtivo, das relações familiares de produção, da policultura de subsistência, do ritmo artesanal produtivo (tempo lento) e da territorialidade local de mercado precisam ser levadas em consideração no conjunto das expressões territoriais.

As relações familiares de produção: tais relações associam-se às outras internalidades, formando um núcleo complexo de gestão do território. O trabalho familiar, podemos por assim dizer, que é a grande centralidade do agroartesanato.

Em Chopinzinho/PR (município da mesorregião Sudoeste), houve uma experiência municipal de incentivo ao agroartesanato que se tornou um insucesso. O governo municipal, no uso de suas atribuições, adquiriu equipamentos e buscou viabilizar um projeto agroartesanal coletivo de processamento de frutas (geléias, doces, sucos etc.). Escolhido o local, grupos de famílias italianas e alemãs foram organizadas conjuntamente para trabalharem sob orientações e com equipamentos fornecidos pela Prefeitura Municipal. Em síntese, foi um insucesso. Os diferentes grupos étnicos não se entenderam no projeto agroartesanal unificado. Desentendimentos quanto ao processo produtivo e a gestão financeira resultaram na inviabilização do projeto.

Nesse exemplo, o não reconhecimento das pluriterritorialidades culminou na frustração de mais uma tentativa bem intencionada. E de quem é a culpa pelo insucesso da atividade? Das famílias produtoras? Não. Da Prefeitura Municipal? Não. A responsabilidade está no paradigma de desenvolvimento que norteou a ação pública; na leitura incoerente das

interfaces do território. O sucesso de um projeto coletivo de produção estaria na estratégia em misturar galinhas, patos e gansos? Recorramos ao depoimento da Sra. Lili, produtora familiar de massas: “aqui trabalhamos só em família. Tem que ser assim. A gente briga mas logo se entende”.

Nas 28 propriedades familiares estudadas em Francisco Beltrão/PR (31 agroindústrias), em 2008, haviam 81 familiares envolvidos diretamente com o trabalho agroartesanal, 46⁶ trabalhadores temporários e apenas 08 pessoas exerciam funções fixas remuneradas.

As pessoas contratadas são, em geral, vizinhos de propriedade; muitas dessas famílias trocam-se dias de trabalho, ou seja, auxiliam-se mutuamente quando o trabalho agropecuário torna-se mais intenso.

Contudo, cabe-nos destacar que, na propriedade familiar ou camponesa, a utilização da força de trabalho de outrem não se fundamenta na sua exploração. Como as atividades são múltiplas e, por vezes, têm que ser desenvolvidas num mesmo período de tempo dos ciclos produtivos, torna-se mister recorrer ao auxílio de braços extra-familiares. Conforme nos assinala Salete Castelli, produtora familiar de leite pasteurizado com vistas à policultura, “quando é tempo da uva, né, a gente contrata pra ajudá na colheita, na póda”.

Muito embora algumas unidades já sinalizem para uma produção capitalista embrionária, devido à utilização de mão-de-obra contratada (durante o tempo de trabalho e o tempo de produção) e à alteração da forma social da mercadoria em algumas dessas unidades, a produção artesanal não é uma atividade capitalista.

Pelo contrário, a situação de encurralamento com que muitas famílias minifundistas se depararam – pelo acirramento das contradições engendradas pelo fenômeno agrário da modernização da agricultura e pela disponibilidade de braços, ociosos em virtude do engendramento dessas mesmas contradições do sistema – fez da produção agroartesanal uma alternativa plausível de inclusão através da geração de trabalho e renda.

As relações de trabalho nas agroindústrias artesanais adaptam-se às circunstâncias de cada unidade. É esse caráter polivalente da força de trabalho e seu grau de auto-exploração que assegura, em grande parte, a

reprodução da territorialidade campesina, já que esta insere-se marginalmente sob ótica mercantil.

A agroindústria artesanal, nesse contexto, atua no sentido de propiciar a geração de renda às famílias envolvidas (em dinheiro – semanal ou mensal), fazendo da cooperação familiar elemento essencial da territorialidade produtiva e da resistência. Inclusive as crianças auxiliam no trabalho agroartesanal num processo contínuo do que concebemos por educação para o trabalho.

Ilário Lago, citado anteriormente, reside na Seção Progresso, interior do município de Francisco Beltrão/PR. Numa propriedade com 43 hectares vivem sua família e a de mais dois irmãos, totalizando treze pessoas. Produzem queijos agroartesanalmente; soja, milho convencionalmente e produzem aves consoante o sistema de integração com a Sadia. Sobre o trabalho na propriedade, ele comenta:

Lá é assim: leite tudo junto, queijo tudo junto, vai lá vende, deu tanto, reparte e deu tanto. Daí tem que comprar medicamento, comprar ração, ferramenta, alguma coisa daí compra as ferramentas, deu tanto daí reparte e os aviários também é assim. Pra colocar uma agroindústria sozinho é meio difícil. Aqui envolve as três famílias daí tu consegue tocar, né. Nós somos num total de treze. A piazzada ajuda, sete, oito anos já ajuda tocar uma vaca, um terneiro [...] Na agroindústria trabalham minha esposa e do meu irmão, mas pra tirar pasto e cuidar das vacas são cinco. Faz um serviço, termina esse, vai pro outro e vai, porque nos envolvemos em várias coisas. Cada um destrincha o serviço. (depoimento de Ilário Lago, 2007).

No Sudoeste, o ritmo lento da produção artesanal encontra espaços nos meandros do sistema em que a especialização produtiva é intensa e constrói seus territórios e territorialidades, balizados pelas *velhas* e *novas* determinações. Torna-se, assim, condizente falarmos em territórios e territorialidades sobrepostas.

A atividade simboliza uma forma de resistência do território da produção familiar perante a natureza desterritorializante do capital, maximizada no espaço rural nas últimas décadas, sobretudo. Mesmo com todas as dificuldades, diversificando e agregando valor ao trabalho agrícola, o agroartesanato tem contribuindo para o arrefecimento do processo de desterritorialização do *homem do campo*.

O território, propriedade familiar de produção: tudo o que foi percorrido até então não teria possibilidade de realizar-se objetivamente na ausência do território. As identidades, as relações familiares de produção, os saberes produtivos são trunfos e, encontram no território, sua faceta de expressão relacional e afirmação social.

Aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho. É, portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração (OLIVEIRA, 2001, p. 60-1).

Fernandes (2009) classifica os territórios em três categorias relacionais: primeiro, segundo e terceiro territórios. Sucintamente, o primeiro território é entendido como território de *governança*, representado pelo Estado e suas formas de poder. O segundo território diz respeito ao território *propriedade*, onde as diferenciabilidades de poderes (que se articulam – ou deveriam – na constituição do primeiro território) produzem as mais variadas paisagens (camponesa, urbana, agronegócio etc.). O terceiro território é chamado por Fernandes (2009) de territórios *imateriais*: território da política, das ideologias, dos paradigmas, enfim, a base ideológica em que se assentam os diversos arranjos territoriais.

O território familiar de produção pertence ao segundo território, mas também relaciona-se conflituosamente com o primeiro e o terceiro. Este assimila a territorialidade dos grupos familiares na execução de seus anseios de vida. Representa o sustentáculo local das manobras de defesa e/ou ataque contra as lógicas desterritorializantes. A lógica do agroartesanato, portanto, só é possível ser concebida pela relação territorial à qual está submetida.

O território recoloca a questão das classes sociais, as classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e poderes de decisão. A propriedade é relação social e território, o que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 209).

Existem estudos que se reportam ao agroartesanato sem fazer a menor menção ao território, como se essa atividade não se relacionasse com a totalidade, ou seja, com o conjunto de relações que consubstanciam uma dada dinâmica territorial. Como se o fato de o produtor passar a comercializar com mais afinco os produtos do agroartesanato alterasse por completo seu patrimônio cultural de sociabilidade familiar rural. Em virtude disso, grande parte das medidas públicas direcionadas ao segmento tornam-se, progressiva e intrigantemente banais.

Em contrapartida, urge a necessidade desses produtores articularem estratégias de luta. Lutas embasadas, intencionadas, direcionadas, que tenham no território seu senso vital. Para tanto, é mister produzir conhecimentos territoriais locais envolvendo intelectuais diversos e os sujeitos do território no afã de otimizar a sustentabilidade do território.

Via de regra, esses produtores agroartesanais já vivenciaram assíduas histórias de luta, de disputas territoriais contra o modelo paradigmático do agronegócio. Conforme afirmado, a revitalização do agroartesanato em termos mercantis (conteúdo genérico) expressa, contraditoriamente, um fluxo no refluxo campesino, uma prática de resistência territorial. Contudo, ao direcionarem, sob orientação mercantil, essas produções agroartesanais, muitas famílias continuaram a reproduzir as mesmas relações territoriais insustentáveis de outrora: adoção de financiamentos, especialização produtiva, aumento de produção e produtividade não planejadas, aquisição de equipamentos modernos, quimificação da produção, assalariamento, competitividade, compra de matéria-prima, subsunção ao capital comercial.

Os próprios órgãos governamentais que se dizem atuantes na promoção dessas atividades agroartesanais (cujas práticas resumem-se, geralmente, a medidas fiscalizatórias e punitivas) acabam inviabilizando-as territorialmente, isso por reproduzirem uma visão uniforme do desenvolvimento, centrada nos mesmos preceitos organizacionais desterritorializantes do capital. Preceitos que menosprezam o legado cultural local, os conhecimentos

produtivos, a territorialidade reticular familiar: num só termo, a sustentabilidade territorial local.

Em síntese, caminhando no terreno da explicação, alguns pontos em comum podem ser identificados entre as unidades estudadas no que se refere às internalidades: a) são pequenas unidades de produção de alimentos (em espaço físico e produção); b) produzem no intuito de atender nichos de mercado locais ou, em raras situações, regionais; c) a mão-de-obra dos membros da família basta, na maioria das vezes, para atender a demanda do processo produtivo; d) têm sua dinâmica vinculada à economia agropecuária intra-unidade; e) sustentam-se em práticas, conhecimentos e experiências herdadas de geração em geração.

Externalidades do território

Ação das extra-territorialidades (território do agronegócio): a partir da década de 1970, é intensificado, no Sudoeste paranaense, o processo de modernização agropecuária com a especialização produtiva, o incremento da base técnica da produção, o aumento do crédito rural e a territorialização de CAIs (leite, fumo, aves e suínos), conforme ratificaram Santos (2008) e Eduardo (2008).

As determinações presentes nesse movimento de expansão de princípios do capitalismo agrário (agronegócio) vão de encontro às peculiaridades de permanência territoriais locais: estrutura fundiária minifundista (na mesorregião Sudoeste paranaense, aproximadamente 95% dos estabelecimentos rurais situam-se em estratos de área de até 50 hectares – IBGE-1995/96), relações familiares de produção (no Censo Agropecuário de 1995/96 do IBGE, somavam-se 159.560 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários; destas, 90% mantinham laços de parentesco com o produtor) e diversificação produtiva (traço da territorialidade camponesa associada aos grupos humanos advindos à mesorregião com a colonização efetiva).

O caráter excludente como o capital se territorializa fez emergir do movimento de modernização agropecuária regional o acirramento das conflitualidades e das disputas territoriais.

O agroartesanato, na ótica do embate de classes e das disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio, ressurge, a partir da década de 1980 (principalmente nos anos de 1990 em Francisco Beltrão/PR), como estratégia de enfrentamento camponês contra a lógica desterritorializante do capital.

Em se tratando do agroartesanato, a baixa composição orgânica dessas produções, devido à permanência de elementos tradicionais de produção familiar, mostrou-se capaz de se inserir no campo de força das relações mercantis locais. Especialmente porque os alimentos produzidos pelo agroartesanato são diferenciados, não concorrendo diretamente com os produtos das grandes agroindústrias.

Mesmo com todas as dificuldades, afirmando-se como resistência territorial, a lógica do agroartesanato busca resgatar maior autonomia produtiva, maior agregação de valor ao trabalho agrícola, proporciona efetiva ocupação da força produtiva dos diversos membros da família e a geração de renda em dinheiro em menos tempo.

Os territórios do agroartesanato e do agronegócio conflituam-se e sobrepõem-se regionalmente. A recente orientação mercantil das produções agroartesanais deve ser compreendida não como transfiguração do patrimônio cultural camponês, mas como estratégia de sua afirmação territorial, como mais uma possibilidade histórica de ação do tempo lento contra as forças desterritorializantes. Mesmo porque predomina a circulação simples de mercadoria, isto é, produzir e circular para consumir, para se auto-reproduzir. Contraditoriamente, podemos observar que o mesmo processo de expansão das forças produtivas capitalistas pode fomentar a recriação do tempo lento. Teodor Shanin corrobora as afirmações acima ao comentar que:

Devemos refletir bem sobre isso. Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da

criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades (SHANIN, 2008, p. 28-9).

Criatividade e multiplicidade de respostas; qualidades inerentes aos códigos de territorialidade que sustentam o conhecimento agroartesanal. Em se tratando de criatividade, permitimo-nos expor um exemplo interessante.

Certa vez, estudando uma produção agroartesanal de frango, deparamo-nos com o seguinte cenário: um espaço de 10m² cercado em todos os lados por tela de aço (galinheiro) contendo, em regime de engorda, aproximadamente, 30 frangos alojados. Suspensos, nesse galinheiro, estavam folhas de couve, amarradas aos maços. As aves pulavam para comer os vegetais. Interrogamos o porquê daquilo e a produtora disse que era uma técnica que inventaram para tonificar as coxas das aves, para deixar a carne mais consistente por isso o produto tinha boa aceitação no comércio.

Atuação das territorialidades imateriais (medidas políticas, paradigmas de desenvolvimento etc.): os territórios imateriais constituem o que Fernandes (2009) designou como terceiro território. Trata-se do território das idéias, das teorias, dos paradigmas de desenvolvimento, presentes, nas identidades, nas representações do território, nas medidas políticas, nas ideologias etc. “O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (FERNANDES, 2009, p. 211).

Pela insignificante produção de conhecimento sobre a organização territorial do agroartesanato – e de seus atores sintagmáticos – fundamentado em princípios holísticos que regem a questão agrária, o prisma das orientações políticas associadas ao segmento baseia-se nos códigos imateriais que orientam o território da reprodução ampliada do capital: incorporam-se nessas premissas a legislação do SIM, a atuação da EMATER, o programa do Governo do Paraná “Fábrica do Agricultor” e tantas outras medidas políticas e econômicas.

O reconhecimento da multidimensionalidade e da multiterritorialidade (i)material pensamos ser a tônica de qualquer projeto consistente que

vislumbre a *sustentabilidade territorial*. Corrobora o geógrafo italiano Giuseppe Dematteis no sentido de que não é suficiente apenas almejarmos uma sustentabilidade ambiental ou econômica, é imprescindível lutarmos por uma sustentabilidade mais complexa, holística, territorial. A sustentabilidade territorial efetivar-se-á com o reconhecimento das interações complexas entre as internalidades e as externalidades do território.

Elaborado esse reconhecimento, o local passaria a participar potencial e ativamente dos processos (sociais, políticos, econômicos) que o atingem no sentido de primar pelo avanço da qualidade de vida e do meio ambiente.

Por esse motivo, qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo, como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. Isso equivale a dizer que, para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade, entendida como as relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita e se produz (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

É necessário, incessantemente, reexaminar nosso pensamento, desconstruí-lo e reorganizá-lo. Precisamos de um saber social, não apenas científico ou *imediato*, mas de um saber sistematizado que emane das territorialidades locais, de seus desígnos, anseios, conflitos, potencialidades e limitações. As dinâmicas territoriais não podem ser articuladas por pensamentos ou paradigmas alheios, estranhos ao lugar. Pois, consoante Fernandes (2009, p. 210), “o processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas”.

Intercâmbio produtivo rural-rural: na dinâmica territorial do agroartesanato, o intercâmbio entre os produtores rurais fundamenta-se, essencialmente, em trocas de experiências (produtivas e mercantis), em relações de trabalho e em cooperações produtivas (aquisição de matéria-prima, cooperação técnica). Essa estrutura mostra-se de essencial importância para a

reprodução da atividade, quando a auto-suficiência produtiva das unidades não tenha, objetivamente, condições de ser atingida.

É prática comum a relação produtiva entre produtores rurais por intermédio da compra e venda de matérias-primas. A dimensão dessas trocas são relativas. A maioria dos produtores agro artesanais de Francisco Beltrão são auto-suficientes na produção de suas matérias-primas e, muitas vezes, não dependem exclusivamente da renda dessa atividade. Já outras famílias rurais têm na prática do agroartesanato a única fonte de renda possível devido aos limites impostos pelo tamanho reduzido da propriedade. Identificamos, em nossas pesquisas, famílias que possuem propriedades menores que um hectare e, mesmo assim, sobrevivem do agroartesanato. A possibilidade de agregação de valor ao trabalho no processo agroartesanato torna-se a base da organização desses produtores que necessitam adquirir dos vizinhos a totalidade das matérias-primas destinadas ao processo produtivo. Uma oportunidade produtiva que tem chamado atenção até de cidadãos, produtores absenteístas que utilizam trabalhadores assalariados em suas unidades produtivas. Neste último caso, o agroartesanato escapa da ótica à qual o estamos apreendendo, como elemento de resistência na disputa territorial da questão agrária.

Por outro lado, o agroartesanato também tem sido elemento de reterritorialização campesina. Dois produtores por nós entrevistados voltaram a viver no campo pela oportunidade de renda que o agroartesanato propicia. A exclusão urbana, as aposentadorias e as redes de solidariedade familiares (campo e cidade) demonstram ser fatores a considerar no processo inverso do êxodo-rural.

O intercâmbio produtivo é evidente no caso do agroartesanato do mel. A família Cuba beneficia um total de 05 toneladas de mel por ano; 600 quilos são produzidos no interior da unidade produtiva, o restante da matéria-prima são adquiridos de outras dez propriedades. As unidades produtivas que possuem potencialidades para as abelhas produzirem são identificadas pelo Sr. Pedro Cuba. Com o aval dos proprietários, o Sr. Cuba deixa suas caixas de abelhas nessas propriedades e paga uma porcentagem da produção, em torno

de 15%, ao dono da terra. Com produtores agroartesanais que trabalham com suínos e leite, essas relações produtivas são evidentes; entretanto, a proporção de compra de matéria-prima em geral é baixa como podemos notar no quadro síntese 01.

A cooperação técnica entre produtores rurais pode-se estabelecer de diversas formas. Através da instrução produtiva direta: como no caso dos produtores de queijo que obrigados a produzi-lo com leite pasteurizado, sob tutela do SIM, tiveram muitas dificuldades para acertar o “ponto” do queijo. Certos produtores solidarizaram-se na busca de solução. No caso da produção de cachaça, a relação entre os produtores levou a estruturação de uma cooperativa chamada de Coachaça (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Cachaça Artesanal do Sudoeste).

A Coachaça é constituída por, aproximadamente, 30 membros que, através da cooperativa, puderam agregar mais valor à produção e até angariar recursos da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (equipamentos e barracão) visando, inclusive, à exportação do produto. No caso dos produtores de leite, a prática da inseminação artificial feita por vizinhos que possuem o conhecimento técnico é uma prática evidente de solidariedade. Comumente, os sujeitos trocam favores ou os trabalhos são recompensados por produtos da propriedade e/ou do agroartesanato.

Essas relações são fortalecidas em escala local, em nível de comunidade rural, pois, pelas próprias características de colonização regional, grupos familiares, ou com traços de identidade comuns, estabeleceram-se próximas umas das outras (exemplo disso é a comunidade Distrito Jacutinga – Francisco Beltrão/PR, que possui preponderância de grupos étnicos alemães e que, inclusive, realizam festas típicas tradicionais). As famílias, ao crescerem, também foram desmembrando-se, todavia, muitos familiares ainda vivem próximos, reforçando a solidariedade territorial.

Relação mercantil rural-urbana: trata-se ainda de um grande vazio teórico dos adeptos do paradigma da questão agrária, ou seja, dos teóricos que

comungam da idéia estrutural do desenvolvimento agrário enquanto conflitualidade, enquanto embate de poderes entre classes sociais antagônicas na disputa territorial.

Essas teorias dissertam a respeito do caráter perverso das forças monopolizantes e/ou desterritorializantes do capital empreendidas sistemicamente, alocando esforços na compreensão dos efeitos resultantes do desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas e interesses de classes no campo. Reconhecem o território como centralidade nas disputas (i)materiais.

Quadro 1: Quantidade e composição da força de trabalho, matérias-primas e destino da produção das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR

Unidades	Força de trabalho			Origem e descrição da matéria-prima utilizada (mês)				Destino da produção
	Familiar	Tempo-rária	Fixa	Da própria propriedade	Do Município de F. Beltrão	Do Sudoeste/PR	De Outras regiões	
1	06	-	-	7.000 litros	-	2.000 kg ração	-	F. Beltrão
2	02	-	-	-	3.000 litros	-	-	F. Beltrão
3	02	-	-	3.000 litros	20 bolsas ração	-	-	F. Beltrão
4	02	-	-	5.100 litros	12 sacos farelo de trigo; 08 sacos farelo de arroz	1.500 kg ração	-	F. Beltrão
5	03	01	-	12.000 litros	-	-	-	F. Beltrão
6	02	-	-	4.000 litros	-	800 kg ração	-	F. Beltrão
7	02	-	-					
8	01	-	-	2.400 litros	125 bolsas milho; 60 sacos farelo de trigo	-	-	F. Beltrão
9	03	-	-	680 litros	1 bolsa sal min.	-	-	F. Beltrão
10	03	-	-	6.000 litros	-	-	-	F. Beltrão
11	02	-	-	2.100 litros	1 bolsa sal min.	-	-	F. Beltrão
12	03	-	-	5.000 litros	40 bolsas ração	-	-	F. Beltrão
13	05	06	-	20.000 kg	2.000 kg porcos; 400 sacos milho; 150 sacos soja; 30 sacos núcleo	-	-	Sudoeste/PR
14	04	02	-	-	16 porcos; 12 bois; 10 sacos de farelo de	-	-	F. Beltrão

					soja; 05 sacos de núcleo			
15	02	-	04	-	15 porcos	-	-	F. Beltrão
16	03	03	02	2.500 kg	2.500 kg suínos	-	-	F. Beltrão
17	04	03	-	-	3.000 kg	-	-	F. Beltrão
18	05	04	-	-	3.000 kg peixes 1.000 kg ração	-	-	F. Beltrão
19	04	-	-	500 kg	1500 kg ração	-	-	F. Beltrão
20	03	10	-	165 kg	-	-	-	Sudoeste/PR
21	01	02	-	165 kg	-	-	-	Sudoeste/PR
22	04	-	-	600 kg	4.400 kg	-	-	F. Beltrão
23	01	-	-	1.300 kg	11.700 kg	-	-	F. Beltrão
24	05	06	-	-	5.000 kg milho 5.000 kg soja	3.000 pintainhos	-	F. Beltrão
25	02	08	-	-	-	2.000 kg	1.600 selos e bandejas (Cascavel/PR)	F. Beltrão
26	03	-	-	120 dúzias	120 caixas de armazenameto	-	-	F. Beltrão
27	-	01	02	200.000 kg (uvas)	Ovos de codorna, frutas e legumes diversos, e demais matérias-primas (embalagens, selos etc.).			Regiões Sul, Sudoeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
28	04	-	-	3.250 kg	-	-	-	F. Beltrão

Fonte: Eduardo (2008).

É mister, entretanto, que essas teorias avancem mais na direção da inserção da agricultura familiar no sistema produtor de mercadorias. Inserir-se no circuito mercantil de trocas mantendo coesa a gestão familiar do território é o grande desafio. Em outros termos, fazer com que o agroartesanato insira-se na dinâmica mercantil local sem se tornar um agronegócio.

O agroartesanato, em Francisco Beltrão/PR, tem assentado no local seu lócus de reprodução. O fornecimento de matérias-primas e a comercialização da produção agroartesanal restringem-se, preponderantemente, aos limites municipais. Padarias, supermercados, mercearias, restaurantes, feira-livre municipal e a venda direta ao consumidor são as formas de escoamento dos produtos do agroartesanato. O município de Francisco Beltrão, por conter o maior contingente populacional do Sudoeste paranaense, possibilita maior disseminação e diversificação do agroartesanato. O indicador populacional – mercado consumidor – representa um limitante à

atividade. O agroartesanato em municípios com cidades pequenas não tem o mesmo dinamismo comparado a centros maiores como Francisco Beltrão e Pato Branco. Existe, assim, um tácito equilíbrio dessas produções nos distintos municípios conforme as potencialidades do mercado consumidor, da disposição de mão-de-obra e de matéria-prima.

O SIM, ao mesmo tempo em que restringe os limites de comercialização à escala municipal, protege os produtores da concorrência de produtores cadastrados pelo SIM das adjacências. Contudo, a concorrência com agroindústrias que possuem SIP (Sistema de Inspeção Paranaense) ou SIF (Sistema de Inspeção Federal), e mesmo com os produtores não cadastrados, avoluma o grau de competitividade que os produtores agroartesanais locais devem desenvolver. Esses micropoderes do mercado fazem com que os produtores, progressivamente, orientem suas produções para os preceitos da lógica produtora de mercadoria (maior produtividade, maior escala de produção, maior competitividade, incremento técnico etc.) afastando-os dos códigos de territorialidades originais que os ligam a essas produções e à gestão da unidade de produção familiar.

Entendemos, dessa forma, que, por mais que seja importante a muitas famílias a inserção mercantil via agroartesanato (evidenciamos em EDUARDO, 2008), essa atividade não deve ser apontada como fundamento regional da gestão econômica da produção familiar.

Podemos citar alguns fatores limitantes: 1) especialização produtiva demandada pelo aumento da competitividade entre os produtores agroartesanais; 2) restrição do mercado consumidor local (fazendo com que produtores busquem o SIP ou SIF – indo ao encontro do primeiro ponto); 3) caráter minifundista das explorações familiares (inviabilizando produções em larga escala); 3) poucos recursos financeiros disponíveis; 4) limitações em relação à mão-de-obra apta para o trabalho (que conhecem os meandros das produções); 5) essência artesanal e familiar dos códigos de territorialidade dos produtores agroartesanais (que deveriam ser readequados à lógica do agronegócio); 6) o próprio trabalho no agroartesanato faz com que os produtores afastem-se da agricultura (pela carga de trabalho na transformação

dos alimentos e pelo tempo requerido para higienização dos trabalhadores cada vez que iniciam o trabalho).

Comuns são os casos de produtores frustrados com a inserção mercantil de seus produtos transformados via agroartesanato. Comuns são também os técnicos que veem nos produtores a inaptidão em gestar um empreendimento agroartesanal. Interrogamos: qual paradigma de desenvolvimento institucionaliza e orienta esses produtores/produções?

Por concebermos o território como expressão da própria complexidade de produção da realidade, nossa proposta ao agroartesanato engloba diversos princípios: 1) valorização dos conhecimentos acumulados na produção e comercialização dos alimentos (saber fazer); 2) associação do agroartesanato à policultura (preferencialmente agroecológica, garantindo a maior sustentabilidade possível); 3) planejamento familiar da produção, segundo as potencialidades territoriais locais; 4) abertura de canais para trocas de experiências e solidariedades (projetos, assistência técnica, saberes acadêmicos e locais); 5) fomento a espaços alternativos de comercialização e incentivo à relação de venda direta ao consumidor; e 6) desburocratização do acesso às certificações de qualidade do produto.

Considerações finais

O território congrega múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade.

A produção e a transformação familiar e artesanal de alimentos ou, “simplesmente”, o agroartesanato tem origem antiga, vinculada ao patrimônio cultural de territorialidade do campesinato europeu, especialmente italiano, polonês e alemão. O agroartesanato, complementar à dinâmica agropecuária camponesa, originariamente apresentava-se associado à policultura familiar como produção de subsistência. Elementos tradicionais agregados a essa gênese histórica ainda permanecem, em certo grau, na dinâmica territorial do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR e no Sudoeste paranaense. Na *mesorregião* Sudoeste do Paraná, o agroartesanato surge, a partir de 1940,

como atividade reterritorializada pela *frente colonial gaúcha* e catarinense, migrantes cujas ascendências são, sobretudo, alemã, italiana e polonesa.

Uma miríade de elementos conjugados animam o território do agroartesanato. Elementos tradicionais aliados a novos elementos da questão agrária atuam como estímulo à reprodução do agroartesanato, agora sob um prisma mercantil mais afluído.

Conhecer as especificidades dessa atividade bem como o conjunto de relações – disputas territoriais – nas quais os produtores familiares agroartesanais estão inseridos é de crucial importância para que haja eficácia nas medidas políticas de desenvolvimento.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa**: o Sudoeste paranaense. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP.

_____, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. SP-RJ-Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o Capitalismo**. trad. Beatriz Resende. RJ: Paz e Terra, 1986.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: “andiamo in Mérica”. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, José Graziano e STOLCKE, Verena (Orgs.) **A Questão Agrária**. Trad. port., São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para repensar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CANDIOTTO, L.; CORRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DUARTE, Valdir P.; GRIGOLO, Serinei C. (Org.). **Agroindústria Associativa/Familiar**: o mito da viabilidade. Francisco Beltrão: ADMR, 2006.

EDUARDO, Márcio Freitas. **A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR** (dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em geografia/UNESP. Presidente Prudente, 2008.

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra**: opressão e miséria. Latin American Research, 56. Amsterdam. s/d.

FERNANDES, Bernardo M. Sobre a Tipologia dos Territórios. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói/RJ: São Paulo: Contexto, 2002.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (vários anos).

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (vários anos).

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). **Diagnósticos unidades agroindustriais: região grande fronteira do mercosul**. Francisco Beltrão: EMATER et al, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

KALNIN, Joanir L. **Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina**. (tese de doutorado em engenharia de produção). Florianópolis: UFSC, 2004.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. RJ: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção perspectivas do homem; v. 100).

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação de mercado interno para a grande indústria**. Trad. de José P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 1.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: contexto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - Estatísticas Industriais e agroindustriais. Francisco Beltrão, 2004.

PREZOTTO, Luciano L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: **Revista de ciências humanas**, UFSC, 2002, p. 133-53.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTOS, Milton et alii. **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994;

_____, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Roseli Alves. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná** (tese de doutorado). Programa de pós-graduação em geografia/UNESP. Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E.; FABRINI, J. (Org.). **Campe sinatos e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Ed. Literotecnica, 1985.

Notas

¹ Ver Eduardo (2008).

² GETERR (Grupo de Estudos Territoriais).

³ Ano que coletamos os dados mais recentes sistematizados em Eduardo (2008).

⁴ Mesorregião composta por 42 municípios, na qual está localizado o Município de Francisco Beltrão/PR.

⁵ A exportação, à qual se refere Roche, era o intercâmbio comercial travado entre a antiga colônia de São Leopoldo e a cidade de Porto Alegre.

⁶ Esse número absoluto de trabalhadores temporários é relativo. Algumas produções artesanais são concentradas como é o caso do agroartesanato da cachaça. Em dois meses concentra-se o corte, a moagem e a destilação parcial do produto. Nesse período o trabalho se concentra e são contratados trabalhadores. Celso Reolon contrata 10 trabalhadores nesse período.

Recebido em: 20/11/2009

Aceito em: 18/12/2009